



TJSC recebe 74º Encontro dos Presidentes dos TJs

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Francisco Oliveira Filho, comandou a solenidade de abertura do 74º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de TJs do Brasil, realizada na manhã do último dia 26, no Auditório do Tribunal Pleno. Compuseram a mesa o governador Luiz Henrique da Silveira; o presidente do Colégio, desembargador Marcus Fáver; o procurador-geral Gercino Gomes Neto; o conselheiro do CNJ José Carlos Pacheco; o presidente da OAB-SC Paulo Roberto de Borba; o presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão; o general Antônio Krüger e o deputado José Natal Pereira. O desembargador Luiz César Medeiros deu as boas-vindas

aos 24 presidentes e mostrou alguns avanços administrativos do Judiciário catarinense, como a criação do conselho de gestão e os projetos na área de informatização de 1º e 2º graus. Ao término da solenidade, o desembargador Marcus Fáver foi homenageado com a medalha da Ordem do Mérito do TJSC. No mesmo dia, três conferências aconteceram na parte da tarde, abertas ao público. O advogado Sérgio Bermudes foi o primeiro a palestrar, seguido dos desembargadores Marco Aurélio Gastaldi Buzzi e Vanderlei Romer. No segundo dia do evento (27/06), os desembargadores-presidentes seguiram pauta interna, no Costão do Santinho Resort.

Conceitos e questões repetitivas e procedimento dos TJs diante delas

Na primeira conferência, o jurista carioca Sérgio Bermudes abordou a forma como os tribunais estaduais devem proceder diante de conceitos e questões repetitivas. O jurista elogiou a regulamentação destes recursos, proposta pela Lei 11.672/08: "a iniciativa é um esforço válido para a promoção de uma justiça mais rápida no país". Bermudes ressaltou que a superlotação do Superior Tribunal de Justiça com recursos repetitivos dificulta o julgamento de questões de maior interesse da sociedade.

Manual de Procedimentos dos Juizados Especiais

O coordenador estadual dos juizados especiais, desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, apresentou o projeto que uniformiza os atos e procedimentos dos Juizados Especiais. Segundo o magistrado, trata-se de uma antiga reivindicação do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje). Conforme pesquisa divulgada pela AMB, os juizados especiais são a instituição judicial de maior reconhecimento popular, com índice de confiabilidade de 71,8%.

Visão da Informática Jurídica do TJSC e suas perspectivas

Na última palestra, o presidente do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGInfo), desembargador Vanderlei Romer, fez um retrato da infra-estrutura tecnológica utilizada pelo TJ catarinense. "Nossa visão é gerenciar a comunicação entre o Judiciário e o jurisdicionado através das soluções convergentes apresentadas pela tecnologia", resumiu ao mostrar o funcionamento do processo virtual, o peticionamento eletrônico, o sistema SAJ e demais ações do TJ. Ao final, enumerou os benefícios trazidos pelo uso das tecnologias, em especial a racionalização das atividades e a extinção das cargas físicas.



TJ projeta arquivo para 6 milhões de processos



Prefeito de Palhoça mostra terreno ao presidente do TJ

O Judiciário já possui um local para a construção de seu arquivo e depósito de móveis e equipamentos de informática usados. O

prefeito de Palhoça, Ronério

Heidersheidt, entregou ao presidente do TJ um ofício com a proposta de permuta entre o atual prédio do Fórum local e uma área de 24 mil m²,

localizada no Condomínio Nova Palhoça.

"Este é um negócio que nos interessa, uma vez que gastamos atualmente R\$ 600 mil com o aluguel de imóveis para guardar cerca de 6 milhões de processos em arquivo", adiantou o presidente. A troca seria após a transferência da comarca para o novo prédio - obra em andamento com prazo de conclusão de dois anos. Antes de qualquer definição, porém, a proposta será encaminhada aos setores de engenharia e patrimônio do Tribunal, para avaliação dos valores e das condições de edificação. Após esta etapa, o documento para permuta será elaborado e assinado entre as partes.

Coordenadoria orienta carreira de 428 magistrados

A coordenadoria dos magistrados, sob o comando do juiz Luiz Neri, é responsável pela vida profissional dos 50 desembargadores, 18 juízes de 2º grau e 360 juízes de 1º grau que compõem o Judiciário catarinense. "O dia-a-dia é de muito trabalho. Nós organizamos licenças, afastamento de comarca, férias, movimentação na carreira e folhas de pagamento", explica o secretário do setor, Jurandir Schoeder. Criado em 29 de janeiro de 2001, o setor

surgiu da necessidade de criar um elo entre o presidente do Tribunal de Justiça e os magistrados da ativa e aposentados. Com nove funcionários e um bolsista, o setor é responsável também pela pauta administrativa do Tribunal Pleno, aprovada em seguida pelo presidente do TJ. São eles que incluem as remoções e promoções e as minutas de resolução entregues pela Assessoria Especial da Presidência ou pela Diretoria Geral Judiciária.

TJ ganha agência interna do Banco do Brasil

O presidente do Tribunal inaugurou uma unidade do Banco do Brasil, no último dia 20, no hall superior da Torre I. A agência possui cinco funcionários e quatro caixas eletrônicos para o gerenciamento de 1,4 mil contas. Na cerimônia de instalação estavam presentes o desembargador José Volpato de Souza, presidente do Fundode Reaparelhamento da Justiça; os juízes assessores da Presidência Gerson Cherem II e Luiz Neri Oliveira de Souza; o superintendente regional do Banco do Brasil, Antônio Carlos Soares e o gerente Rubéns Friedman. Quem coordena a agência do TJ é Josinei de Assis Roque. O horário de funcionamento é das 10h às 16h.

Desembargador Amaral e Silva é atendido na nova agência



Perfil: Adelson Brüggemann



Adelson André Brüggemann é chefe da Divisão de Documentação do TJ desde 2006. Natural de Brusque e formado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Adelson é pioneiro no estudo da abertura de caminhos no Estado. Como conclusão do curso, investigou, em documentos históricos, as ligações entre o planalto e o litoral catarinense durante a colonização portuguesa no final do século XVIII. "A pesquisa dos caminhos nos permite compreender a sociedade de uma determinada região em uma época específica, conhecendo a geografia, a economia e a política, entre outros aspectos", diz entusiasmado. A monografia se tornou referência e o historiador foi procurado por diversos estudiosos, o que o motivou a escrever o livro "Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitânicas

de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII". A obra sobre o caminho Desterro-Lages, hoje BR-282, será lançada no próximo dia 10 na Livraria Saraiva do Shopping Iguatemi, na capital. Em outubro, o servidor concluirá estudo sobre a preservação e o acesso aos documentos eletrônicos do TJ - trabalho de pós-graduação em Gestão e Controle do Poder Público. O historiador se considera um documentalista e frisa a importância de arquivos e documentos para a história, desde as pedras e inscrições rupestres, passando pelos papéis, até o meio eletrônico. Suas pesquisas não param nem aos finais de semana ou férias. O próximo livro está a caminho e será sobre a Colônia Militar de Santa Theresa, do século XIX, hoje município de Alfredo Wagner.

